



FISCAL DE TRIBUTOS



Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

TARDE

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE EXU (PE)

EDITAL Nº 001/2026

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

- ✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
- ✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

- ✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

- ✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
- ✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
- ✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

- ✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

- ✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
- ✓ Não se comunique com outros candidatos.
- ✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
- ✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

- ✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
- ✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
- ✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.



1946753214860

INSTITUTO
igeduc 10 ANOS
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE



LÍNGUA PORTUGUESA

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

A complexa ciência por trás do ato de ficar parado em pé

Para a maioria das pessoas, ficar em pé, por exemplo, em uma fila é uma tarefa automática que não requer nenhuma atenção ou habilidade especial para manter o equilíbrio. Por outro lado, talvez paradoxalmente, o estudo científico de como o corpo humano se mantém em postura ereta quieta se mostra bastante complexo. [...]

Um conceito inicial, que merece ser ressaltado, é que a rigidez passiva (ou intrínseca) de músculos e tendões da perna e demais regiões do corpo envolvidos na postura ereta não é, em geral, suficiente para manter o equilíbrio de um sujeito em pé. É necessário haver a contração de certos músculos para garantir a manutenção da postura em pé, mesmo sobre uma superfície plana, horizontal, rígida e imóvel.

Um segundo aspecto é que, do ponto de vista de minimizar o gasto energético, poderia parecer ideal o corpo ficar a 90 graus durante a postura ereta quieta. Mas não é isso o que ocorre, o corpo fica alguns graus inclinado para a frente. Esta situação poderia, teoricamente, ocorrer com a rigidez passiva muscular e tendinosa dos músculos localizados atrás da perna (panturrilha), mas na realidade há uma leve contração dos músculos da panturrilha para evitar que o sujeito caia para a frente. Uma razão que explica isto é que essa configuração mantém os receptores sensoriais (transdutores mecano-elétricos) que há nos músculos da panturrilha em condições ideais para sinalizar pequenas alterações na posição e movimento do corpo, algo que não ocorreria caso o sujeito ficasse a 90 graus. Essa sinalização sensorial evita eventuais princípios de queda por meio do controle da contração muscular ativada por realimentação sensorio-motora via medula espinhal. [...]

KOHN, André Fabio. A complexa ciência por trás do ato de ficar parado em pé. *Jornal da USP*, São Paulo, 14 set. 2026. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/artigos/a-complexa-ciencia-por-tras-do-ato-de-ficar-parado-em-pe/>. Acesso em: 23 set. 2026. (Adaptado.)

Questão 01

Relações de sinonímia e de antonímia dependem do sentido que as palavras assumem no contexto, e a substituição de um termo por outro deve preservar o valor que ele tem na passagem em que foi empregado. Considerando esse critério, é CORRETO afirmar que:

- (A) Em "a rigidez passiva (ou intrínseca)", a conjunção "ou" apresenta "intrínseca" como reformulação de "passiva", e não como alternativa que exclua esse termo.

- (B) Em "poderia parecer ideal", "ideal" admite "imaginário" como sinônimo contextual, pois a hipótese dos 90 graus acaba refutada pelo autor no mesmo parágrafo.
- (C) Em "merece ser ressaltado", "ressaltado" equivale a "ressalvado", pois o autor apresenta o conceito inicial como uma exceção ao que expusera antes no texto.
- (D) Em "uma tarefa automática", "involuntária" seria antônimo contextual de "automática", pois o texto contrapõe o ato de ficar em pé ao esforço mental consciente.
- (E) Em "minimizar o gasto energético", "minimizar" pode ser substituído por "subestimar" sem prejuízo de sentido, já que os dois verbos exprimem ideia de redução.

Questão 02

Leia o trecho do terceiro parágrafo do texto: "Mas não é isso o que ocorre, o corpo fica alguns graus inclinado para a frente." Considerando o emprego dos sinais de pontuação e as relações de sentido entre as orações do período, analise as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. A vírgula que separa as duas orações poderia ser substituída por dois-pontos, sem prejuízo gramatical e com explicitação da relação de sentido já existente entre elas.

PORQUE

II. A segunda oração, justaposta à primeira, especifica o que de fato ocorre em lugar da hipótese negada, conteúdo de esclarecimento que os dois-pontos são aptos a introduzir.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As asserções I e II são proposições falsas.
- (B) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- (D) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

Questão 03

O trecho a seguir parafraseia informações do texto e apresenta lacunas relativas ao emprego do acento indicativo de crase, cuja ocorrência depende da regência dos termos e da presença do artigo definido. Analise a afirmativa abaixo:

Ao contrário do que sugere a hipótese dos 90 graus, o autor atribui _____ leve contração da panturrilha papel decisivo: ela impede a queda para _____ frente e mantém os receptores sensíveis _____ cada pequena alteração de posição, informação que chega _____ medula espinhal por realimentação

sensorio-motora.

Assinale a alternativa que preenche CORRETA e respectivamente as lacunas.

- (A) à, a, a, à
- (B) a, à, a, a
- (C) a, à, à, à
- (D) a, a, à, a
- (E) à, à, à, a

Questão 04

No texto, adjetivos e substantivos contribuem para a precisão técnica da descrição do controle postural, e alguns deles têm classe ou valor alterados conforme a posição que ocupam ou a palavra a que se referem. Considerando a classe gramatical e o valor semântico dessas palavras no contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Em "postura ereta quieta", os adjetivos estão coordenados sem conjunção, razão pela qual sua ordem poderia ser invertida sem alterar o sentido dessa expressão.
- (B) Em "uma leve contração", a anteposição converte "leve" em advérbio de intensidade, equivalente a "levemente", o que torna a palavra invariável em gênero e número.
- (C) Em "bastante complexo", "bastante" é adjetivo que concorda com "complexo", devendo ir para o plural caso esse termo fosse pluralizado no mesmo contexto da frase.
- (D) Em "a contração de certos músculos", "certos", anteposto ao substantivo, possui valor indefinido, ao passo que, posposto, em "músculos certos", seria adjetivo.
- (E) Em "um sujeito em pé", "sujeito" é adjetivo substantivado, pois conserva o sentido de "submetido a", próprio de seu emprego como adjetivo em outros contextos.

Questão 05

O texto apresenta construções em que a concordância depende da identificação precisa do núcleo com o qual verbos e nomes se relacionam, o que exige distinguir sujeito, complemento, predicativo e adjunto. Considerando os mecanismos de concordância nominal e verbal presentes no texto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Em "o corpo fica alguns graus inclinado", o particípio poderia ir para o plural, concordando com "graus", termo mais próximo, que indica a medida da inclinação.
- (B) Em "É necessário haver a contração", o adjetivo deveria estar no feminino, "necessária", por concordar com "contração", núcleo do termo que funciona como sujeito.

- (C) Em "músculos e tendões [...] envolvidos na postura", o particípio concorda com "tendões", núcleo mais próximo, e iria para o singular se esse núcleo fosse singular.
- (D) Em "receptores sensoriais [...] que há nos músculos", "haver" fica no singular por ser impessoal com sentido de "existir", e o relativo "que" é seu objeto direto.
- (E) Em "Mas não é isso o que ocorre", o verbo "ocorrer" concorda com "isso", que exerce a função de sujeito da oração introduzida pelo relativo "que" no mesmo período.

Questão 06

A progressão do texto depende, em grande parte, de pronomes que retomam termos, ideias e situações expostas anteriormente, e a identificação correta de seus referentes é decisiva para a compreensão do raciocínio do autor. Considerando o emprego dos pronomes no texto, julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

() Em "demais regiões do corpo", "demais" é pronome indefinido equivalente a "outras", e não advérbio de intensidade, como ocorre em "cansado demais".

() Em "Esta situação poderia, teoricamente, ocorrer", o demonstrativo "Esta" retoma a hipótese de o corpo ficar a 90 graus, mencionada no início do parágrafo.

() Em "Uma razão que explica isto", o demonstrativo "isto" retoma a hipótese de o corpo ficar a 90 graus, apresentada no parágrafo anterior como aparentemente ideal.

() Em "Mas não é isso o que ocorre", o pronome "isso" retoma a hipótese de o corpo ficar a 90 graus durante a postura ereta quieta.

() Em "algo que não ocorreria caso o sujeito ficasse a 90 graus", o indefinido "algo" resume o conteúdo da oração anterior, e não retoma um substantivo específico.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, F, F.
- (B) V, V, V, F, F.
- (C) F, V, V, V, F.
- (D) F, V, F, F, V.
- (E) V, F, F, V, V.

Questão 07

O texto emprega diversas palavras cujo acento gráfico, ou cuja ausência de acento, decorre de regras distintas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, algumas delas sensíveis à flexão e à estrutura silábica do vocábulo. Considerando as regras de acentuação gráfica vigentes e o emprego dessas palavras no texto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Em "se mantém", o singular do verbo "manter", derivado de "ter", recebe acento agudo; no plural, sua forma é "mantêm", com acento circunflexo.

- (B) Em "que há nos músculos", o acento de "há" é diferencial, mantido pelo Acordo Ortográfico para distinguir a forma verbal da preposição "a".
- (C) "Rígida" e "imóvel" recebem acento pela mesma regra, já que as duas são paroxítonas e têm a vogal tônica aberta assinalada pelo acento agudo.
- (D) "Ideal" dispensa acento porque o Acordo Ortográfico suprimiu o sinal gráfico dos ditongos abertos "ei" e "oi" nas paroxítonas do português.
- (E) "Automática" e "energético" são acentuadas por serem proparoxítonas de vogal tônica aberta, condição sem a qual o acento seria dispensado.

Questão 08

Ao descrever o controle da postura, o texto recorre a vocabulário técnico em que são frequentes palavras formadas por prefixação ou por elementos de composição. Considerando as regras do Acordo Ortográfico vigente para o emprego do hífen, as palavras formadas por prefixação estão grafadas de forma CORRETA em:

- (A) O subregistro de quedas entre idosos e a inter-relação entre visão e equilíbrio motivam pesquisas em diversos laboratórios.
- (B) A postura semi-ereta sobre piso antiderrapante altera, em alguma medida, a contração exigida dos músculos da perna humana.
- (C) As micro-oscilações do corpo exigem ajustes ultra-rápidos da musculatura da panturrilha, ainda que o sujeito não os perceba.
- (D) A autorregulação postural e a coocorrência de estímulos visuais e vestibulares fazem do equilíbrio fenômeno neuromuscular.
- (E) A contrarreação muscular evita a queda, e a co-ativação dos músculos antagonistas estabiliza a articulação do tornozelo.

Questão 09

No texto, a escolha de tempos e modos verbais permite ao autor distinguir fatos, hipóteses e possibilidades não confirmadas, o que é essencial em uma exposição científica que discute modelos alternativos de explicação. Associe as colunas abaixo, relacionando os valores de tempos e modos verbais (Coluna 1) às formas verbais indicadas nos trechos do texto (Coluna 2).

Coluna 1:

1. Futuro do pretérito que expressa fato hipotético, dependente de condição expressa no mesmo período.
2. Futuro do pretérito que atenua uma afirmação, apresentando-a como possibilidade não confirmada pelos fatos.
3. Pretérito imperfeito do subjuntivo que integra oração de valor condicional.
4. Presente do subjuntivo exigido pelo sentido do verbo da oração principal.

Coluna 2:

- () "poderia", em "poderia parecer ideal o corpo ficar a 90 graus".
- () "caia", em "para evitar que o sujeito caia para a frente".
- () "ocorreria", em "algo que não ocorreria caso o sujeito ficasse a 90 graus".
- () "ficasse", em "caso o sujeito ficasse a 90 graus".

Assinale a alternativa que contém a associação CORRETA, de cima para baixo.

- (A) 1, 3, 2, 4.
- (B) 2, 4, 1, 3.
- (C) 1, 4, 2, 3.
- (D) 2, 1, 3, 4.
- (E) 4, 1, 3, 2.

Questão 10

O texto parte de uma experiência banal do cotidiano para discutir um problema científico, articulando hipóteses, refutações e justificativas sobre o modo como o corpo humano se mantém em pé. Considerando a progressão argumentativa do texto, analise as afirmativas a seguir:

I. O texto contrapõe a percepção cotidiana de que ficar em pé é tarefa automática à constatação de que a explicação científica desse ato é complexa, e o advérbio "talvez" atenua o caráter paradoxal atribuído a esse contraste.

II. O texto sustenta que a rigidez passiva de músculos e tendões é, em regra, suficiente para garantir o equilíbrio, desde que o sujeito esteja sobre uma superfície plana, rígida e imóvel.

III. A postura a 90 graus é apresentada como aparentemente vantajosa do ponto de vista energético, mas o autor indica que a posição inclinada favorece a sinalização sensorial de pequenas alterações de posição.

IV. A inclinação do corpo para a frente é descrita como uma falha do controle postural, tolerada pelo organismo porque reduz o gasto energético em relação à posição a 90 graus.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE EXU (PE)

Questão 11

O município de Exu, no estado de Pernambuco (PE), é conhecido como "Terra de Luiz Gonzaga", referência que integra a identidade cultural local. A respeito do artista e de sua relação com o município, analise as afirmativas a seguir.

I. Luiz Gonzaga (1912-1989) é apontado como o cidadão exuense mais famoso da história, com sucesso que alcançou projeção internacional.

II. O epíteto pelo qual o artista é reconhecido, Rei do Xote, associa-se ao ritmo que predominou em suas canções sobre a vida no Sertão.

III. A obra do cantor e compositor difundiu a cultura popular nordestina por meio de letras sobre o Sertão e de melodias de baião, xote, forró e xaxado.

IV. O Museu e o Mausoléu do artista estão instalados no Santuário Ecológico do Cantarino, área de paisagens da Chapada do Araripe.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 12

A extensão territorial de um município influencia o planejamento de serviços públicos, como transporte escolar, saúde e manutenção de estradas vicinais. Com base nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o território de Exu, no estado de Pernambuco (PE), avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() O município figura entre os dez maiores de Pernambuco em extensão territorial.

() A área territorial do município é superior a 1.300 km².

() Entre os municípios de sua região geográfica imediata, Exu é o de maior território.

() Em extensão territorial, o município está entre os 25 maiores de Pernambuco.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA, na ordem apresentada.

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, F, V, V.
- (E) F, V, F, V.

Questão 13

Leia o fragmento a seguir, relativo aos rios do município de Exu, no estado de Pernambuco (PE), conforme o diagnóstico municipal do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

"O município está inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio _____, e todos os seus cursos d'água têm regime de escoamento _____."

Assinale a opção que preenche de forma CORRETA as lacunas do fragmento, na ordem apresentada.

- (A) Capibaribe, perene
- (B) Capibaribe, intermitente
- (C) Brígida, perene
- (D) Ipojuca, perene
- (E) Brígida, intermitente

Questão 14

A apicultura, criação de abelhas para a produção de mel, é uma atividade econômica de destaque no Sertão do Araripe, região em que se localiza o município de Exu, no estado de Pernambuco (PE). Acerca da inserção de Exu nessa atividade, assinale a opção CORRETA.

- (A) Exu compõe, com Araripina, Trindade e Bodocó, o território da apicultura, que aproveita floradas nativas da Caatinga.
- (B) Exu compõe, com Araripina, Trindade e Bodocó, o território da apicultura, que aproveita floradas nativas da Mata Atlântica.
- (C) Exu compõe, com Recife, Olinda e Paulista, o território da apicultura, que aproveita floradas nativas da Caatinga.
- (D) Exu compõe, com Araripina, Trindade e Bodocó, o território da apicultura, que aproveita floradas dos manguezais do litoral.
- (E) Exu compõe, com Recife, Olinda e Paulista, o território da apicultura, que aproveita floradas nativas da Mata Atlântica.

Questão 15

O nome de um município costuma guardar marcas de sua formação histórica. No caso de Exu, no estado de Pernambuco (PE), a tradição oral dos habitantes registra mais de uma explicação para o topônimo. Analise as proposições a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A tradição local registra, como uma das versões para o topônimo Exu, uma corruptela do nome da tribo Ançu, da nação dos Cariris.

PORQUE

II. A mesma tradição registra outra versão, segundo a qual os indígenas deram o nome Exu em referência a um tipo de abelha de ferrão chamada Inxu.

Assinale a opção CORRETA acerca das proposições.

- (A) As duas proposições apresentadas são falsas em seu conteúdo.
- (B) A primeira é verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- (C) A primeira é uma proposição falsa, e a segunda é verdadeira.
- (D) As duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- (E) As duas são verdadeiras, e a segunda justifica corretamente a primeira.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 16

A respeito das causas de exclusão ou atenuação da responsabilidade civil do Estado e da responsabilização por atos lícitos, analise as afirmativas a seguir e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.

() A teoria do risco administrativo admite causas capazes de excluir ou atenuar a responsabilidade estatal quando interferirem no nexo causal entre a atuação administrativa e o dano.

() A ocorrência de caso fortuito ou força maior exclui automaticamente a responsabilidade estatal, ainda que o dano também esteja relacionado à omissão específica do Poder Público.

() A culpa exclusiva da vítima pode romper o nexo causal e excluir a responsabilidade do Estado, enquanto a culpa concorrente pode resultar na redução proporcional da indenização.

() O fato exclusivo de terceiro é incapaz de afastar a responsabilidade estatal, pois o Estado atua como garantidor universal de todos os danos suportados pelos administrados.

() Um ato estatal lícito pode gerar dever de indenizar quando impuser a pessoa ou grupo determinado um dano especial e anormal, superior aos encargos ordinariamente suportados pela coletividade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- (A) F, F, V, V, F.
- (B) V, F, F, V, F.
- (C) F, V, V, F, V.
- (D) V, V, F, F, V.
- (E) V, F, V, F, V.

Questão 17

À luz da formulação doutrinária do regime jurídico-administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A supremacia do interesse público estabelece superioridade geral do Estado em suas relações jurídicas, inclusive quando atua sem prerrogativas públicas e em condições equivalentes às dos particulares.
- (B) As prerrogativas administrativas destinam-se à realização do interesse público, enquanto as sujeições impostas à Administração limitam sua atuação e impedem a livre disposição dos interesses cuja proteção lhe foi atribuída.
- (C) A supremacia do interesse público autoriza a Administração a impor obrigações independentemente de previsão legal, desde que a autoridade demonstre a vantagem coletiva decorrente da medida adotada.
- (D) As prerrogativas do regime jurídico-administrativo são aplicáveis somente à Administração direta, pois as entidades da Administração indireta submetem-se integralmente às mesmas regras destinadas aos particulares.
- (E) A indisponibilidade do interesse público impede a Administração de celebrar acordos ou adotar soluções consensuais, ainda que exista autorização legal e sejam preservados os direitos envolvidos.

Questão 18

Considerando o controle exercido pela Administração sobre seus próprios atos, preencha as lacunas:

A retirada de um ato administrativo em razão de vício de legalidade denomina-se _____. A extinção de um ato válido por razões de conveniência e oportunidade corresponde à _____. Por sua vez, a correção de vício sanável, preservando-se os efeitos compatíveis com o ordenamento jurídico, caracteriza a _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas.

- (A) anulação, revogação, convalidação
- (B) convalidação, cassação, anulação
- (C) revogação, anulação, convalidação
- (D) cassação, revogação, confirmação
- (E) anulação, caducidade, conversão

Questão 19

A respeito dos princípios aplicáveis aos serviços públicos, analise as afirmativas:

I. A generalidade exige que o serviço seja oferecido sem discriminações arbitrárias aos usuários que preenchem as condições necessárias para sua utilização.

II. A continuidade possui caráter absoluto, razão pela qual o serviço não pode ser interrompido, ainda que exista situação emergencial ou inadimplemento do usuário.

III. A mutabilidade permite a alteração do regime de execução do serviço para sua adaptação ao interesse

público, não havendo direito adquirido à imutabilidade desse regime.

IV. A modicidade tarifária determina que todo serviço público seja prestado gratuitamente, sendo incompatível com a cobrança de tarifa diretamente dos usuários.

V. A atualidade relaciona-se à modernização das técnicas, dos equipamentos e das instalações, bem como à melhoria e à expansão do serviço.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas CORRETAS.

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, III e V.
- (E) II, III e V.

Questão 20

A invalidação da demissão de um servidor estável e a posterior extinção ou declaração de desnecessidade do cargo produzem consequências distintas para sua situação funcional. Considerando as formas de retorno ao serviço e as garantias aplicáveis nessas hipóteses, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Invalidada administrativamente a demissão do servidor estável, ele será reconduzido; extinto o cargo que ocupava, ficará em disponibilidade com remuneração integral até o adequado aproveitamento.
- (B) Invalidada por decisão administrativa a demissão, o servidor será revertido ao cargo; declarada sua desnecessidade, será reconduzido a cargo anteriormente ocupado, sem direito à indenização.
- (C) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele será reintegrado; extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (D) Invalidada judicialmente a demissão, o ocupante da vaga será necessariamente exonerado; extinto o cargo do servidor reintegrado, será assegurada disponibilidade com remuneração integral.
- (E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele será aproveitado; declarada a desnecessidade do cargo, ficará afastado sem remuneração até posterior reintegração.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 21

Um Município estuda reorganizar a contribuição que custeia a iluminação pública, hoje exigida dos consumidores de energia elétrica, e ampliar sua destinação a câmeras em praças. Sobre essa contribuição e as alternativas de financiamento em estudo, analise as afirmativas a seguir:

I. A cobrança da contribuição pode ser feita na própria fatura de consumo de energia elétrica emitida pela concessionária aos usuários.

II. O Município pode substituir a contribuição por taxa de iluminação cobrada dos proprietários de imóveis nos logradouros iluminados.

III. A receita da contribuição pode custear a expansão e a melhoria de sistemas de monitoramento para segurança dos logradouros públicos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I e III apenas.
- (E) I e II apenas.

Questão 22

Um fiscal recebeu três pedidos sobre uma empresa: ofício da Controladoria, que a investiga por fraude em licitação; consulta de jornalista sobre sua adesão a parcelamento; e pedido, por e-mail, de cópia das declarações fiscais. Acerca do sigilo fiscal, analise as afirmativas a seguir:

I. O atendimento ao ofício da Controladoria requer a comprovação de processo administrativo regularmente instaurado para apurar infração administrativa da empresa.

II. As informações sigilosas repassadas a outro órgão devem ser entregues pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo que formalize a transferência.

III. A adesão da empresa ao programa de parcelamento de débitos é informação protegida pelo sigilo fiscal, cuja divulgação ao jornalista fica vedada à Fazenda.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.
- (E) II apenas.

Questão 23

A assessoria fazendária de um Município examinou projetos de lei sobre o imposto sobre serviços e sobre benefícios fiscais. Associe cada limitação ao poder de tributar, na Coluna I, à situação que a desrespeita, na Coluna II:

Coluna I

1. Irretroatividade tributária.
2. Anterioridade do exercício financeiro.
3. Anterioridade nonagesimal.

4. Isonomia tributária.

Coluna II

() Lei publicada em 22 de dezembro de 2025 eleva a alíquota incidente sobre serviços de informática, com cobrança a partir de 5 de janeiro de 2026.

() Lei local reduz pela metade a taxa de licença de funcionamento devida por escritórios cujos titulares sejam advogados.

() Lei publicada em 10 de fevereiro de 2026 eleva a alíquota incidente sobre serviços de saúde e manda aplicá-la aos serviços prestados em 2025.

() Lei publicada em 16 de março de 2026 eleva a alíquota incidente sobre serviços de engenharia, com cobrança a partir de 1º de agosto de 2026.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

- (A) 4, 3, 1, 2.
- (B) 1, 4, 3, 2.
- (C) 1, 2, 4, 3.
- (D) 2, 4, 1, 3.
- (E) 3, 4, 1, 2.

Questão 24

Com base exclusivamente no art. 145, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal de 1988, incluídos pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, sem considerar jurisprudência ou doutrina, considere o texto a seguir:

O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da _____, da justiça tributária, da _____ e da defesa do meio ambiente, e as alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

- (A) neutralidade - cooperação - regressivos.
- (B) transparência - cooperação - cumulativos.
- (C) neutralidade - cooperação - cumulativos.
- (D) transparência - cooperação - regressivos.
- (E) transparência - neutralidade - regressivos.

Questão 25

Um Município acompanha a constituição e a cobrança de determinado crédito tributário. Considerando a sequência jurídica entre a ocorrência do fato gerador, o lançamento e a prescrição, analise os eventos abaixo:

- (1) Início da contagem do prazo prescricional para a cobrança judicial do crédito definitivamente constituído.
- (2) Constituição definitiva do crédito tributário após a regular notificação do lançamento ao sujeito passivo.
- (3) Realização do lançamento pela autoridade administrativa competente.

(4) Ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.

(5) Extinção da pretensão de cobrança judicial pelo decurso do prazo prescricional, inexistindo causa de suspensão ou interrupção.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA desses eventos:

- (A) 2, 4, 3, 5, 1.
- (B) 4, 3, 2, 1, 5.
- (C) 4, 2, 3, 1, 5.
- (D) 2, 4, 3, 1, 5.
- (E) 4, 3, 2, 5, 1.

Questão 26

Para cobrar débitos de imposto sobre serviços de uma rede de academias, o Município estuda: condicionar o alvará à quitação, protestar as certidões de dívida ativa, exigir fiança para emitir notas, apreender equipamentos e exigir regularidade fiscal em licitação. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Levar a protesto as certidões de dívida ativa configura sanção política, por constranger o devedor a pagar fora dos meios próprios da execução fiscal.
- (B) Apreender equipamentos de ginástica como garantia do crédito é medida admitida, desde que lavrado termo de apreensão com a avaliação dos bens retidos.
- (C) Exigir prova de regularidade fiscal para contratar a rede em licitação configura sanção política, por restringir o exercício de atividade econômica lícita.
- (D) Exigir fiança bancária para autorizar a emissão de notas fiscais eletrônicas é medida legítima quando os débitos da rede já estão inscritos em dívida ativa.
- (E) Condição a renovação do alvará à quitação dos débitos configura meio coercitivo indireto de cobrança, incompatível com o livre exercício da atividade.

Questão 27

A fiscalização municipal analisou quatro atos com imóveis urbanos: permuta sem torna, hipoteca em favor de banco, usucapião declarada em juízo e cessão onerosa de direitos de promitente comprador. Quanto ao imposto de transmissão, registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

- () A permuta entre os particulares, mesmo sem pagamento de diferença, está no campo de incidência do imposto, por ser onerosa.
- () A hipoteca constituída em favor do banco financiador sujeita-se ao imposto, por instituir direito real sobre o bem imóvel.
- () O terreno adquirido por usucapião sujeita-se ao imposto, cuja base corresponde ao valor venal do bem na data da sentença.
- () A cessão onerosa dos direitos do promitente

comprador está abrangida pela competência municipal relativa a esse imposto.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, V, F, F.
- (E) F, F, V, V.

Questão 28

Contrato de locação atribuiu ao locatário o pagamento do imposto predial e territorial urbano; inadimplido o tributo, o Município cobrou o proprietário, que invocou a cláusula contratual para se eximir. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A cobrança dirigida ao proprietário é legítima, e a cláusula contratual não o exonera perante o Município, restando-lhe buscar o ressarcimento junto ao locatário.

PORQUE

II. Salvo disposições de leis em contrário, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (B) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
- (C) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
- (D) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (E) As asserções I e II são falsas.

Questão 29

Construtora sediada no Município A executa, no Município B, obra de construção civil por empreitada contratada por autarquia estadual, fornecendo materiais adquiridos de terceiros. Acerca do imposto sobre serviços incidente, registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

☐ A autarquia contratante, embora imune, figura como responsável pelo imposto, na condição de pessoa jurídica tomadora do serviço de obra.

☐ O valor dos materiais fornecidos pela construtora e incorporados à edificação integra a base de cálculo, por compor o preço do serviço.

☐ O responsável fica obrigado a recolher o imposto integral, com multa e acréscimos legais, ainda que não tenha feito a retenção na fonte.

☐ A legislação do Município pode atribuir a responsabilidade pelo crédito a terceiro sem vínculo com

o fato gerador, desde que o faça de modo expresso.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) F, F, V, V.
- (E) F, V, V, F.

Questão 30

Na revisão da legislação local sobre a quantificação dos tributos municipais, a equipe técnica reuniu regras nacionais que vinculam o Município. Associe cada tributo, na Coluna I, à regra de quantificação que lhe é própria, na Coluna II:

Coluna I

1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
2. Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
3. Taxa pelo exercício do poder de polícia.
4. Contribuição de melhoria.

Coluna II

☐ Tem como limite total a despesa realizada pelo ente e como limite individual o acréscimo de valor resultante para cada bem beneficiado.

☐ Desconsidera, na base, o valor dos bens móveis mantidos no local para sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

☐ Não pode ser calculada em função do capital das empresas, nem ter base de cálculo idêntica à que corresponda a tributo não vinculado.

☐ Na atividade que se estende por mais de um território, tem a base repartida pela extensão de rodovias, dutos e cabos ou pelo número de postes.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

- (A) 1, 4, 3, 2.
- (B) 1, 2, 4, 3.
- (C) 4, 2, 3, 1.
- (D) 4, 3, 1, 2.
- (E) 4, 1, 3, 2.

Questão 31

Em execução fiscal de crédito de imposto sobre serviços, a devedora não quitou nem garantiu o débito, e seus embargos foram rejeitados. As etapas do procedimento, descritas pela função que cumprem, estão listadas abaixo fora da ordem:

(1) Oferecimento da defesa do devedor, no prazo de trinta dias contado da ciência da constrição.

(2) Chamamento do devedor para, em cinco dias, pagar a dívida com os acréscimos indicados no título ou garantir a execução.

(3) Alienação dos bens constritos em leilão público, precedida de edital publicado no órgão oficial.

(4) Constrição de bens do devedor, diante da falta de pagamento e de oferecimento de garantia.

(5) Ciência da constrição ao devedor, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA em que essas etapas se sucedem no procedimento:

- (A) 4, 2, 1, 5, 3.
- (B) 4, 2, 5, 3, 1.
- (C) 2, 4, 5, 3, 1.
- (D) 2, 4, 1, 5, 3.
- (E) 2, 4, 5, 1, 3.

Questão 32

Gleba incluída por lei local no perímetro urbano, servida por meio-fio com canalização pluvial e por iluminação pública mantidos pelo Município, é integralmente usada, de forma comprovada, na criação comercial de gado leiteiro. Quanto à tributação dessa gleba, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Incide o imposto predial e territorial urbano, pois a destinação econômica afasta a tributação urbana nas áreas de expansão de loteamento aprovado, e não no perímetro consolidado.
- (B) Incide o imposto predial e territorial urbano sobre a faixa servida por meio-fio e iluminação, e o imposto territorial rural sobre o restante da gleba.
- (C) Incide o imposto predial e territorial urbano, pois a inclusão da gleba no perímetro urbano por lei local, somada a dois melhoramentos, prevalece sobre sua destinação.
- (D) Incide o imposto predial e territorial urbano enquanto o órgão federal de cadastro rural não reconhecer, por ato próprio, a natureza rústica da gleba explorada.
- (E) Incide o imposto territorial rural, pois a exploração pecuária comprovada afasta a tributação urbana, ainda que a área conte com os melhoramentos mínimos exigidos em lei.

Questão 33

A Secretaria de Fazenda analisa projeto de lei que prorroga redução de alíquota do imposto sobre serviços e autoriza cancelar débitos de pequeno valor, à luz das regras de responsabilidade fiscal sobre renúncia de receita, sintetizadas a seguir:

A proposta deve vir acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos _____ exercícios subsequentes e, não demonstrado que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária,

de medidas de compensação por meio de _____; essa disciplina não se aplica, porém, ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

- (A) três - redução de despesa - custos de cobrança.
- (B) três - aumento de receita - custos de cobrança.
- (C) dois - aumento de receita - custos de cobrança.
- (D) dois - aumento de receita - valores de alçada.
- (E) dois - redução de despesa - custos de cobrança.

Questão 34

Em auditoria do imposto sobre serviços, o contribuinte alegou ter descartado livros e comprovantes cinco anos após a emissão, e a fiscalização cogitou pedir dados ao fisco estadual. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados devem ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

PORQUE

II. As Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestam-se mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida por lei ou convênio.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (B) As asserções I e II são falsas.
- (C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (D) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
- (E) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

Questão 35

Uma clínica deixou de registrar, em seus livros fiscais, parte das receitas auferidas, reduzindo o imposto sobre serviços, e reteve o imposto de prestadores de vigilância sem repassá-lo; lavrado o auto, a impugnação está pendente, e um servidor pediu dinheiro para arquivar o caso. Sobre os crimes apurados, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A supressão do imposto pela omissão dos serviços na escrituração, por ser crime material, ainda não se tipifica enquanto pende a impugnação apresentada.
- (B) A conduta atribuída ao servidor consoma-se no momento em que ele efetivamente deixa de lançar ou de cobrar o tributo em troca da vantagem pedida.

- (C) O pagamento integral do débito, se efetuado após o recebimento da denúncia, deixa de repercutir na punibilidade dos sócios pelos crimes apurados.
- (D) A falta de repasse do imposto retido dos prestadores de vigilância também depende, para se tipificar, do julgamento definitivo da impugnação administrativa.
- (E) A ação penal pelos crimes apurados fica condicionada à representação da autoridade fazendária, formalizada depois de encerrado o processo administrativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

Considerando as situações apresentadas, relacione os poderes administrativos da Coluna I às atuações descritas na Coluna II.

Coluna I

1. Poder hierárquico.
2. Poder disciplinar.
3. Poder regulamentar.
4. Poder de polícia.

Coluna II

() Após processo com oportunidade de defesa, a Administração aplica penalidade a um servidor pelo descumprimento de dever funcional.

() O chefe do Poder Executivo edita decreto para detalhar procedimentos necessários à execução de uma lei, sem criar obrigação além das previstas nela.

() A autoridade competente organiza as atividades de servidores subordinados e distribui tarefas entre eles.

() O órgão competente fiscaliza o cumprimento das condições legais para o exercício de determinada atividade privada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando a Coluna II de cima para baixo.

- (A) 4, 1, 3, 2.
- (B) 3, 2, 4, 1.
- (C) 2, 3, 1, 4.
- (D) 1, 3, 2, 4.
- (E) 2, 4, 1, 3.

Questão 37

Em um processo administrativo, o interessado solicita vista dos autos e cópia de documentos antes da decisão. Também pretende apresentar alegações, acompanhado de advogado. Ao mesmo tempo, recebe uma solicitação de informações necessárias ao esclarecimento dos fatos. Considerando os direitos e deveres do administrado previstos exclusivamente na Lei Federal nº 9.784/1999, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O interessado pode consultar os autos e fazer-se assistir por advogado; em contrapartida, fica dispensado de prestar informações solicitadas quando já tiver apresentado suas alegações no processo.
- (B) O interessado pode ter vista dos autos, obter cópias e apresentar alegações antes da decisão; pode fazer-se assistir por advogado, salvo representação obrigatória por lei, e deve colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (C) O interessado pode apresentar alegações e documentos antes da decisão, mas deverá constituir advogado em todo processo administrativo e poderá omitir fatos que considere desfavoráveis à sua pretensão.
- (D) O interessado pode acompanhar a tramitação e apresentar documentos antes da decisão, mas a consideração desses documentos pelo órgão competente depende de requerimento específico de seu advogado.
- (E) O interessado pode obter cópias dos autos somente após a decisão; antes dela, poderá apresentar alegações se estiver representado por advogado e atender à solicitação de informações da Administração.

Questão 38

Durante a execução de um contrato administrativo, o fiscal identifica falhas no cumprimento do objeto que exigem providências além de sua competência. Considerando a distinção entre gestão e fiscalização contratual prevista exclusivamente na Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O fiscal deve limitar-se a comunicar verbalmente as falhas ao gestor, pois o registro das ocorrências relacionadas à execução compete exclusivamente à gestão do contrato.
- (B) A Administração pode atribuir integralmente a uma empresa contratada o acompanhamento da execução, dispensando a designação de representante público para fiscalizar o contrato.
- (C) O gestor deve substituir o fiscal na verificação cotidiana do objeto sempre que surgir uma falha, pois a fiscalização termina com a identificação da primeira irregularidade.
- (D) O fiscal pode decidir sozinho sobre toda providência necessária à correção das falhas, ainda que a medida ultrapasse sua competência, desde que informe o gestor posteriormente.
- (E) O fiscal deve registrar as ocorrências, determinar a regularização das falhas no âmbito de sua competência e informar, em tempo hábil, a situação que demande decisão ou providência superior.

Questão 39

Com base exclusivamente no art. 54 da Lei Federal nº 9.784/1999, preencha as lacunas a seguir.

O direito da Administração de anular atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para seus destinatários decai em _____ anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada _____. Quando o ato produzir efeitos patrimoniais contínuos, o prazo será contado da percepção do _____. Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à _____ do ato.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem.

- (A) cinco, má-fé, último pagamento, eficácia
- (B) cinco, ilegalidade, primeiro pagamento, eficácia
- (C) dez, má-fé, último pagamento, validade
- (D) dez, ilegalidade, primeiro pagamento, eficácia
- (E) cinco, má-fé, primeiro pagamento, validade

Questão 40

Considerando as competências e a natureza da atuação do Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Tribunal exerce controle de natureza administrativa e aprecia, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargo em comissão, excetuadas as demais admissões.
- (B) O Tribunal exerce função jurisdicional e julga, para fins de registro, a conveniência dos atos de admissão de pessoal, inclusive das nomeações para cargo em comissão.
- (C) O Tribunal exerce função jurisdicional e aprecia, para fins de registro, apenas os atos de admissão de pessoal praticados pela administração direta.
- (D) O Tribunal exerce controle de natureza administrativa e aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, excetuadas as nomeações para cargo em comissão.
- (E) O Tribunal exerce controle de natureza administrativa e registra todos os atos de admissão de pessoal, inclusive as nomeações para cargo em comissão, sem examinar sua legalidade.

Questão 41

Considerando as formas de investidura e os vínculos mantidos pelos agentes públicos com a Administração, relacione os itens da Coluna I às descrições da Coluna II.

Coluna I

- 1. Ocupante de cargo efetivo.
- 2. Ocupante de emprego público.
- 3. Ocupante de cargo em comissão.
- 4. Contratado por tempo determinado.

Coluna II

() Exerce cargo declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinado a atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

() É investido em cargo mediante prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as exigências legais próprias da investidura.

() É contratado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei.

() É admitido em emprego público mediante prévia aprovação em concurso público, com vínculo de natureza contratual.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando a Coluna II de cima para baixo.

- (A) 3, 1, 4, 2.
- (B) 3, 2, 4, 1.
- (C) 3, 4, 1, 2.
- (D) 4, 1, 3, 2.
- (E) 2, 1, 4, 3.

Questão 42

Considere as situações descritas a seguir e analise as afirmativas sobre a responsabilidade civil do Estado.

I. Um agente cumpre uma tarefa oficial fora do horário habitual de expediente e, durante sua execução, causa dano a terceiro. O horário, por si só, não afasta a responsabilidade da pessoa jurídica a que ele se vincula.

II. Um servidor causa dano em uma discussão estritamente particular, sem relação com suas atribuições. A responsabilidade estatal decorre automaticamente do fato de ele ocupar cargo público.

III. Um agente causa dano a terceiro durante uma atuação funcional, mas descumpre uma orientação interna ao fazê-lo. Esse descumprimento, por si só, afasta a responsabilidade da pessoa jurídica pelos danos causados.

IV. Um empregado de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público causa dano a terceiro ao executar o serviço. A natureza privada da prestadora, por si só, não afasta sua responsabilidade.

V. A comprovação de que o causador do dano é agente público dispensa a demonstração de vínculo entre a atuação funcional e o prejuízo alegado.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas CORRETAS.

- (A) III e V.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.
- (E) IV e V.

Questão 43

Um órgão público registra os pedidos de atendimento por ordem de entrada. Diante do aumento da demanda, a direção decide reorganizar o fluxo para reduzir o tempo de espera, preservando as prioridades previstas em lei. Considerando os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O órgão deve divulgar integralmente os pedidos e os dados pessoais dos requerentes, pois a publicidade exige que qualquer pessoa possa conferir a ordem de atendimento.
- (B) O órgão pode escolher os pedidos de solução mais simples para melhorar seus indicadores, deixando os casos complexos sem previsão de análise até reduzir a fila.
- (C) O órgão deve seguir rigorosamente a ordem de entrada em todos os casos, pois a impessoalidade impede qualquer tratamento prioritário, inclusive aquele previsto em lei.
- (D) O órgão pode priorizar os pedidos que seus servidores considerem mais urgentes, dispensando critérios conhecidos pelos usuários para permitir decisões mais rápidas.
- (E) O órgão pode adotar critérios objetivos e divulgados previamente para organizar os atendimentos, respeitando as prioridades legais e registrando as razões das alterações na ordem de análise.

Questão 44

Durante a fiscalização de uma área comercial, um agente municipal constata que um estabelecimento instalou mesas e cadeiras sobre a calçada sem a autorização exigida pela legislação local, dificultando a circulação de pedestres. Considerando a aplicação do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Município somente pode intervir após demonstrar prejuízo concreto a um pedestre, pois o poder de polícia não admite atuação preventiva sobre o uso do espaço público.
- (B) A existência de atividade econômica lícita impede a fiscalização das mesas e cadeiras, ainda que sua instalação dependa de autorização prevista na legislação local.
- (C) O Município pode exigir a desobstrução da calçada e adotar as medidas de fiscalização previstas na legislação, observadas a competência do agente, a proporcionalidade e as garantias cabíveis.
- (D) A fiscalização constitui exercício do poder disciplinar, pois o estabelecimento passa a integrar a estrutura hierárquica municipal ao ocupar parte da calçada.
- (E) A constatação da irregularidade autoriza o agente a escolher qualquer medida que considere útil, independentemente das competências e dos limites previstos na legislação.

Questão 45

Considerando a destinação e as formas de utilização dos bens públicos, relacione as categorias da Coluna I às características da Coluna II.

Coluna I

1. Bens de uso comum do povo.
2. Bens de uso especial.
3. Bens dominicais.

Coluna II

() Integram o patrimônio de pessoa jurídica de direito público sem estarem, pela própria classificação, destinados ao uso geral da população ou a serviço ou estabelecimento da Administração.

() Destinam-se ao uso da coletividade, que pode ser gratuito ou retribuído, conforme estabelecido legalmente pela entidade responsável por sua administração.

() São destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Pública, inclusive das autarquias, e permanecem inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando a Coluna II de cima para baixo.

- (A) 3, 2, 1.
- (B) 1, 3, 2.
- (C) 1, 2, 3.
- (D) 3, 1, 2.
- (E) 2, 1, 3.

Questão 46

Acerca do controle interno e do controle externo na fiscalização municipal, analise as afirmativas sobre a fiscalização municipal e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.

() A Câmara Municipal exerce o controle externo da fiscalização do Município, enquanto os sistemas de controle interno pertencem ao Poder Executivo Municipal.

() A atuação do Tribunal de Contas no auxílio à Câmara Municipal transforma a fiscalização por ele realizada em controle interno do Município.

() O parecer prévio sobre as contas anuais do prefeito somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

() A existência de sistemas de controle interno no Poder Executivo Municipal transfere a eles a competência constitucional da Câmara para exercer o controle externo.

() O auxílio prestado por Tribunal de Contas à Câmara Municipal no controle externo não substitui os sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência

CORRETA, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- (A) F, F, V, V, F.
- (B) F, V, V, F, V.
- (C) V, V, F, F, V.
- (D) V, F, V, F, V.
- (E) V, F, F, V, F.

Questão 47

Acerca das garantias e exigências aplicáveis à instrução de processos administrativos que possam resultar na imposição de sanções, com base exclusivamente na Lei Federal nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.

☐ A necessidade de apurar uma infração não torna admissível prova obtida por meio ilícito, ainda que ela seja relevante para esclarecer os fatos.

☐ Se o interessado não atender à intimação para apresentar prova, o órgão deverá arquivar o processo, independentemente da natureza da informação solicitada e da possibilidade de suprir a omissão de ofício.

☐ A Administração pode recusar prova proposta pelo interessado quando a considerar impertinente ou protelatória, desde que fundamente a decisão.

☐ Quando obrigatório e vinculante, o parecer não emitido no prazo impede o prosseguimento do processo até sua apresentação, sem afastar a responsabilização de quem causou o atraso.

☐ Em caso de risco iminente, a adoção motivada de providência acauteladora sem manifestação prévia do interessado equivale à imposição definitiva de sanção, dispensando a instrução posterior.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- (A) V, F, V, V, F.
- (B) V, V, F, F, V.
- (C) V, F, F, V, V.
- (D) F, V, V, F, V.
- (E) F, F, V, V, F.

Questão 48

Com base exclusivamente na Lei Federal nº 8.429/1992, com as alterações da Lei Federal nº 14.230/2021, sem considerar jurisprudência, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A representação por improbidade configura crime sempre que as provas apresentadas forem insuficientes, mesmo que o denunciante acredite na ocorrência do ilícito.

(B) A perda da função pública pode ser efetivada antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o afastamento cautelar do agente tenha sido previamente determinado.

(C) A aprovação das contas do agente pelo órgão de controle interno impede a aplicação das sanções por improbidade relativas aos fatos examinados.

(D) O agente público pode ser afastado cautelarmente do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual.

(E) O afastamento cautelar pode durar até noventa dias e ser prorrogado sucessivamente por iguais períodos, enquanto persistir a necessidade de instrução processual.

Questão 49

Com base exclusivamente no art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, preencha as lacunas conforme a sequência das fases do processo de licitação.

Após a fase _____, ocorre a divulgação do edital de licitação. A apresentação de propostas e lances, quando for o caso, antecede a fase de _____. Em seguida, vêm as fases de habilitação, _____ e, por fim, _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem.

- (A) preparatória, habilitação, recursal, de homologação
- (B) preparatória, homologação, recursal, de julgamento
- (C) de divulgação, julgamento, recursal, de homologação
- (D) de julgamento, habilitação, recursal, de homologação
- (E) preparatória, julgamento, recursal, de homologação

Questão 50

Acerca dos requisitos de validade e dos atributos dos atos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. O motivo corresponde aos pressupostos de fato e de direito que fundamentam o ato; a motivação consiste na exposição desses fundamentos pela Administração.

II. A presunção de legitimidade impede que o interessado questione a conformidade do ato com o ordenamento jurídico enquanto ele produzir efeitos.

III. A imperatividade permite que determinados atos imponham obrigações independentemente da concordância do destinatário, mas não está presente em todos os atos administrativos.

IV. A autoexecutoriedade decorre da presunção de legitimidade e, por isso, autoriza a execução material direta de qualquer ato administrativo.

V. O objeto corresponde ao efeito jurídico produzido pelo ato, enquanto a finalidade se relaciona ao fim público que orienta sua prática.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as

afirmativas CORRETAS.

- (A) I, III e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e IV.

PÁGINA DE RASCUNHO



NÃO DESTACAR